

A TERRITORIALIZAÇÃO DA AGRICULTURA CAPITALISTA EM RIO VERDE - GO

Mainara da Costa **Benincá**¹, Evandro César **Clemente**²

(1 – Universidade Federal de Jataí, Doutora em Geografia, mainaracosta@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0002-4709-0897>, 2 - Universidade Federal de Jataí, Doutor em Geografia, Docente do Curso de Geografia, evandroclemente@gmail.com, <https://orcid.org/0000-0003-1499-8388>)

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo analisar os efeitos da territorialização da agricultura capitalista em Rio Verde-GO, com recorte espacial para a Bacia Hidrográfica do Ribeirão Abóbora, na compreensão dos reflexos sociais, ambientais e econômicos. Para tanto, realizou-se primeiramente um levantamento teórico sobre a questão agrária brasileira e, posteriormente, a aquisição de dados secundários, junto ao IBGE, e dados primários, mediante entrevistas com o secretário municipal de agricultura. A territorialização da agricultura no município de Rio Verde é compreendida hoje como um processo extremamente homogeneizador e concentrador de riquezas, levando a uma marginalização dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, ao uso excessivo dos recursos naturais, comprometendo a biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos locais. A proposta de “modernização das atividades agrícolas” foi baseada unicamente no crescimento econômico, levando a uma insustentabilidade social e ambiental, com desigualdades socioespaciais e diferentes disputas territoriais locais.

Palavras-chave: Questão Agrária. Agricultura Capitalista. Cerrado.

THE TERRITORIALIZATION OF CAPITALIST AGRICULTURE IN RIO VERDE- GOIÁS - BRAZIL

Abstract: This article aims to analyze the socio environmental effects of the territorialization of capitalist agriculture in the municipality of Rio Verde, in State of Goiás, in order to

understand its reflexes in social, environmental and economic spheres. To this end, a theoretical survey was first conducted on the Brazilian agrarian question and later the acquisition of secondary data from IBGE and primary data through field collections, and interviews with farmers and secretaries of the municipality. The territorialization of agriculture in the municipality of Rio Verde is understood today as an extremely homogenizing and concentrating process of wealth, leading to the marginalization of family farmers and, at the same time, to an excessive use of natural resources, jeopardizing biodiversity and the quality of local water resources. We identified that the “modernization of agricultural activities” proposal was based solely on economic growth, leading to social and environmental unsustainability, what intensifies socio-spatial inequalities and different local territorial disputes.

Keywords: Agrarian Question. Capitalist Agriculture. Cerrado Biome.

LA TERRITORIALIZACIÓN DE LA AGRICULTURA CAPITALISTA EN RIO VERDE-GOIÁS -BRASIL

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los efectos socioambientales de la territorialización de la agricultura capitalista en Río Verde-GO, en la comprensión de los reflejos en las esferas sociales, ambientales y económicas. Para esto, primero se realizó una encuesta teórica sobre la cuestión agraria brasileña y, más tarde, sobre la adquisición de datos secundarios del IBGE y datos primarios a través de la recogida de datos en campo, con entrevistas con agricultores y secretarios de la municipalidad. La territorialización de la agricultura en el municipio de Río Verde se entiende hoy como un proceso extremadamente homogeneizador y concentrador de riquezas, que conduce a una marginación de los agricultores familiares y al mismo tiempo a un uso excesivo de los recursos naturales, poniendo en riesgo la biodiversidad y la calidad de los recursos hídricos locales. Se identifica que la propuesta de "modernización de las actividades agrícolas" se basó únicamente en el crecimiento económico, lo que condujo a la insostenibilidad social y ambiental, con la intensificación de las desigualdades socioespaciales y las diferentes disputas territoriales locales.

Palabras clave: Cuestión Agraria. Agricultura Capitalista. Bioma Cerrado.

Introdução

A territorialização do processo de modernização da agricultura brasileira, atualmente chamada de “agronegócio brasileiro”, foi a responsável por intensificar os problemas de ordem

socioeconômica, ampliando as desigualdades sociais entre a população rural, de modo a marginalizar os pequenos proprietários de suas terras e ampliar os impactos ambientais, frutos das diferentes atividades predatórias no meio rural. Segundo Clemente (2011), as ações e políticas dos países desenvolvidos - voltadas para os subdesenvolvidos - não conseguiram concretizar os objetivos esperados, aprofundando as desigualdades e impondo valores e padrões culturais do mundo ocidental, disseminando o padrão consumista.

Quanto à modernização da agricultura, pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, ou seja, na substituição das técnicas ultrapassadas pelas técnicas “modernas”. Porém, ao mesmo tempo em que ocorre o progresso técnico na agricultura, modifica-se também a organização da produção no que diz respeito às relações sociais (e não técnicas) de produção (GRAZIANO NETO, 1986). Essa foi a realidade brasileira, tendo em vista que prevaleceram as lógicas de reprodução do capital por meio da elevação da produtividade e de políticas públicas setoriais, direcionadas aos grandes proprietários de terras.

Surgem preocupações perante essa política desenvolvimentista, ou mesmo ao colapso ambiental advindo da agricultura dita “moderna”, que faz uso de produtos químicos de forma indiscriminada, utilizando-se também de forma excessiva de um dos bens mais importantes para a manutenção da vida no planeta: a água. Partindo desses pressupostos, o presente trabalho tem como objetivo analisar as consequências da territorialização do agronegócio no município de Rio Verde-GO, na compreensão das consequências sociais, ambientais e econômicas. Para tanto, realizou-se primeiramente um levantamento teórico sobre a questão agrária brasileira e, posteriormente, a aquisição de dados secundários junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados primários, por meio de coletas a campo, com a realização de entrevista com o secretário municipal de agricultura de Rio Verde-GO.

A expansão do agronegócio no Sudoeste de Goiás provocou uma reconfiguração territorial nos espaços rurais e urbanos, sendo Rio Verde um dos municípios do estado de Goiás com uma das maiores intensidades dessas mudanças. A população concentra-se, em grande maioria, nas áreas urbanas, valor equivalente a 93%, sendo a rural de apenas 7% (BRASIL, 2010). Tal resultado é fruto das políticas públicas voltadas para a produção em grande escala, impulsionando a migração campo-cidade, na busca por condições de sobrevivência.

Esse processo reforçou a concentração de terras no município, intensificou as desigualdades e consolidou o processo hegemônico do agronegócio nas relações produtivas. No que tange aos aspectos ambientais, a questão da água é preocupante, tendo em vista que o

município, hoje, conta com uma população estimada elevada, de cerca de 212 mil habitantes, conforme o IBGE (BRASIL, 2016) e é sede de um complexo industrial de grande porte, comprometendo a qualidade dos recursos hídricos locais.

A territorialização da agricultura capitalista no Cerrado

O processo de “modernização” da agricultura e a ocupação das terras do Cerrado brasileiro receberam o suporte de políticas públicas de cunho desenvolvimentistas, com o objetivo de levar o “desenvolvimento” para o Centro-Oeste do país. A intenção era criar condições para aumentar a produtividade da terra e do trabalho e, assim, fomentar o crescimento econômico, tido como sinônimo de desenvolvimento. Inúmeras foram as consequências de tal modelo, que serão discutidas posteriormente à apresentação do processo de ocupação dessa região.

Quando se fala em “modernização da agricultura”, pensa-se apenas nas modificações ocorridas na base técnica de produção, na substituição das técnicas ultrapassadas por “modernas”: o burro pelo trator, o estrume pelo adubo químico, a enxada pelo arado; porém, modernização significa muito mais que isso. A “modernização” é entendida como um desdobramento da teoria do crescimento econômico, na qual se inserem os países desenvolvidos, em prol de uma maior acumulação de capital por meio do progresso técnico, que expropriam os recursos naturais e humanos dos subdesenvolvidos (CHALITA, 2005). No caso das atividades agrícolas, esse progresso levaria a uma “modernização” das atividades rurais, entretanto, o que se identificou foram o crescimento econômico de uma restrita elite e um alto processo de degradação ambiental.

A distinção político-ideológica entre as problemáticas de natureza agrária e agrícola, durante os anos 1950-1980, facilitou a disseminação dos valores modernizadores, visando ao aumento da produção e da produtividade e à adoção de uma racionalidade que mercantilizou totalmente o modo de vida rural, rompendo com a autonomia que a agricultura gozava no passado em relação à indústria (CHALITA, 2005, p. 101), constantemente perdida por conta da alta incorporação da agricultura ao modelo capitalista desenvolvimentista. Graziano da Silva (2003) afirma que, além da perda de autonomia, a agricultura capitalista ameaça esvaziar o campo, com o forte fluxo de migrantes para os centros urbanos, criando, além de uma crise agrícola, uma agrária, que agravam as desigualdades sociais.

De acordo com Mendonça (2004), o atraso passou a ser condição para a modernidade. Foi necessário inventar e reforçar o atraso para dar sentido à “modernização” que se pretendia instalar. Os novos arranjos produtivos forçaram os agricultores tradicionais a incorporarem novas técnicas e muitos viram-se obrigados a abandonarem o campo brasileiro. Para além das técnicas de produção, a chamada “modernização” provocou uma revolução nas diversas classes sociais rurais e urbanas, priorizando os proprietários e/ou arrendatários de grandes áreas e dificultando a manutenção dos pequenos.

Essa foi (e ainda é) a realidade brasileira, tendo em vista que prevaleceram as lógicas de reprodução do capital por meio da elevação da produtividade e de políticas públicas setoriais, direcionadas aos grandes proprietários de terras. A agricultura “moderna” não se territorializou no campo brasileiro de forma homogênea, o que fez com que se estabelecesse uma hegemonia, beneficiando a elite agrária brasileira em detrimento da agricultura familiar. O período da chamada “Revolução Verde” consolidou esse processo de territorialização, marcado pela forte ação de políticas públicas para o fortalecimento da produção de *commodities* agrícolas, de modo a atender, sobretudo, o mercado externo.

O pacote tecnológico da chamada “Revolução Verde” foi amplamente veiculado por empresas multinacionais americanas após a II Guerra Mundial, sob o argumento de que o emprego de técnicas modernas propiciaria o substancial incremento da produção e da produtividade agrícolas, eliminando o problema da fome mundial.

De acordo com Graziano Neto (1988), o que era para ser uma elevação da oferta de alimentos e de matérias-primas para a indústria, tornou-se um modelo que agravou a crise agrária brasileira, haja vista que uma parcela significativa da população continua sem acesso a esse alimento. Estudos como os de Graziano Neto (1986) apresentam os reflexos da agricultura capitalista nos variados espaços brasileiros, tendo em vista a intensa destruição dos recursos naturais. A situação do estado de Goiás está inserida nessa discussão, principalmente, a partir da construção de Brasília, inaugurada no ano de 1960, e da consolidando da sua interligação, por meio de rodovias, ao restante do Brasil.

Essas infraestruturas promovem, no estado de Goiás, uma intensificação das atividades produtivas, frutos de políticas públicas para promoção do crescimento econômico na região. Tais incentivos proporcionaram uma mudança de ordem econômica e territorial na região, pois, era chegado o momento de promover o “desenvolvimento” no interior goiano.

As alterações impostas permeiam a ordem social e ambiental, tendo em vista as alterações das relações de trabalho, o uso dos recursos naturais e o modo de vida dos sujeitos. Em relação à questão ambiental, a “moderna” forma de produção trouxe efeitos deletérios, como os sucessivos danos que vêm sendo causados no Domínio de Cerrados, associados à ocupação, ao desmatamento e ao uso intensivo de mecanização e de insumos químicos de forma excessiva, muitas vezes, com técnicas inadequadas de manejo dos solos.

Por conta dessa leitura, a “modernização da agricultura” é chamada também de “modernização conservadora”, considerando a estratégia do governo de aumentar a produção e a produtividade agropecuária, sem alterar a estrutura agrária, elevando os índices de tecnologia no campo, excluindo, com isso, o pequeno proprietário (FERREIRA; FERNANDES FILHO, 2003).

A ocupação das áreas de Cerrado ocorreu com base em programas desenvolvimentistas para atrair pessoas e capital, e tornar a região Centro-Oeste interligada às demais do país. As atividades econômicas nesta região iniciaram-se com a mineração, com a exploração do ouro no século XVIII, posteriormente, com a pecuária, nas décadas de 1950 e, já na década de 1980, com a chegada das frentes agrícolas e a produção de grãos (PEDROSO, 2004).

De acordo com Pedroso (2004), a “Marcha para Oeste” consolidou a chamada ocupação da região no governo de Getúlio Vargas, com ações em prol da integração da região ao restante do país, sendo a construção de Brasília e de rodovias como a BR 153 e a BR 364, importantes formas de contemplar essa interligação, medidas essas que foram necessárias para que a circulação de capitais, alimentos, pessoas e matérias-primas fossem facilitadas, de modo a dinamizar a economia do estado.

A ação do Poder Público foi fundamental para consolidar a ocupação da região Centro-Oeste nos moldes que podem ser observados atualmente, com programas como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) e o Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER). O Cerrado brasileiro foi apresentado como o “novo celeiro agrícola” do país a partir de 1970, concretizando a territorialização do chamado “agronegócio” na região. Alguns programas específicos impulsionaram esse processo, como o POLOCENTRO, criado em 1975, com o intuito de modernizar as atividades agropecuárias da Região Centro-Oeste e de parte do estado de Minas Gerais, e o PRODECER, mediante empréstimos fundiários do Governo japonês (PEDROSO; SILVA, 2005).

A expansão da fronteira agrícola, a partir da década de 1970, provocou uma reestruturação espacial no Centro-Oeste brasileiro, com ênfase no Sudoeste do estado de Goiás. Intensas correntes migratórias da Região Sul do Brasil instalaram-se no estado, promovendo um crescimento populacional elevado, conforme indicado na Tabela 1.

Tabela 1 - População residente e situação do domicílio no estado de Goiás 1970-2010

Situação do domicílio	População residente (Pessoas)									
	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%
Total	2.938.029	100	3.860.174	100	4.018.903	100	5.003.228	100	6.003.788	100
Urbana	1.239.088	42,2	2.401.098	62	3.247.676	80,8	4.396.645	87,9	5.420.714	90,3
Rural	1.698.941	57,8	1.459.076	38	771.227	19,2	606.583	12,1	583.074	9,71

Fonte: IBGE - Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Org.: BENINCÁ, M.C. (2018)

A partir da análise dos dados, constata-se que a população total do estado de Goiás, após a década de 1970, teve um crescimento acima dos anos anteriores, passando de 2.938.029 em 1970 para 6.003.788 em 2010, um aumento de 104,3%, mais que dobrando, num período de 40 anos. Porém, se observarmos a população residente urbana e rural, verifica-se que a urbana passou de 42,2% em 1970, para 90,3% em 2010, devido aos intensos processos de mecanização e usos de produtos químicos no campo, poupando mão de obra e desarticulando a agricultura familiar. Outro fator responsável pelo aumento da população urbana foi a chegada de migrantes, originários principalmente da região Sul do país, que se estabeleceram no estado no final da década de 1980.

De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (BRASIL, 2010), o país possuía 84,36% da sua população residente nas cidades e 15,64% residindo no campo, apresentando um crescimento de forma mais intensa nos centros urbanos, em razão da redução da oferta de emprego nas atividades rurais. A mecanização e, depois, a cientifização do mundo rural contribuíram, certamente, para a queda da participação da população rural na população total do Brasil, que passou de 68,76% em 1940 para 54,93% em 1960, 32,30% em 1980 e 21,64% em 1996 (SANTOS; SILVEIRA, 2002, p. 211).

Esses números revelam que o estado de Goiás apresenta uma urbanização superior à média brasileira, assim como o município de Rio Verde, com 93%, dados esses que representam

o aumento do emprego assalariado e também das demais formas de relações de produção no campo, levando a população a ocupar os centros urbanos em busca de outras fontes de renda. A tecnificação das atividades rurais e a intensificação da concentração fundiária são os elementos que mais influenciaram nesse processo migratório campo-cidade.

De acordo com Pedroso e Silva (2005), o ritmo acelerado de crescimento econômico se deve à intensificação das políticas de expansão da fronteira agrícola, atraindo um fluxo de migrantes, por ser a região o novo polo de “desenvolvimento” agrícola. A atração devia-se ao fato de ser a nova área de expansão agrícola para atender à demanda do mercado externo, com cultivos comerciais pautados no alto uso de tecnologias para alcançar uma elevada produtividade.

A “modernização agrícola” no Cerrado brasileiro, que inseriu o estado de Goiás na dinâmica produtiva agrícola do país, trouxe uma reconfiguração espacial e impactou de forma negativa os recursos naturais, além de fazer com que essa região deixasse de ser simplesmente uma típica região de “fronteira” para se tornar uma importante região produtora de grãos. No entanto, trouxe drásticas consequências para deterioração do meio ambiente e social, como perda da biodiversidade, erosão e compactação dos solos, êxodo rural, concentração de renda e muitos outros problemas relacionados ao desenvolvimento urbano, pois, as regiões e/ou municípios que se beneficiam são aqueles que possuem infraestrutura e produzem matéria-prima relacionada com o que a empresa deseja transformar, ou seja, que atendam ao modelo econômico vigente, e os municípios que realmente precisam se desenvolver tornam-se reféns do modelo capitalista (PEDROSO; SILVA, 2005, p. 23).

As consequências demonstradas são causadas pela agricultura capitalista, que fortalece as grandes propriedades de terras e, nesse caso específico, afetam drasticamente o Domínio de Cerrado, que vem passando por um forte processo de expansão das atividades produtivas. De acordo com Ribeiro (2005), o desmatamento progressivo, o manejo inadequado de solos frágeis, a contaminação de solos e águas, bem como outros aspectos, foram trazidos à tona, tornando necessário rever a noção que prevê a intensificação constante da pressão antrópica, por meio da implantação de monoculturas agrícolas no Sudoeste de Goiás.

O Cerrado, em função da ampliação de técnicas em prol do “desenvolvimento”, tornou-se sede de complexos agroindustriais, consolidando a dominação do território por outros grupos (CALAÇA; DIAS, 2010). As áreas de vegetação foram ocupadas pela pecuária extensiva, passando a ser substituídas por monoculturas, reconfigurando o espaço agrário da região. Hoje

a Microrregião Geográfica do Sudoeste de Goiás é uma das maiores produtoras agrícolas do país, abrigando, principalmente, atividades dos complexos de grãos, de carnes e de cana-de-açúcar.

A estrutura fundiária nas áreas de Cerrado, desde o início do período de ocupação, é baseada em grandes propriedades e, em função de incentivos governamentais, principalmente, tal modelo prevaleceu, configurando uma política agrícola e agrária de viés concentrador e marginalizador, com alto padrão econômico e tecnológico (RIBEIRO, 2005). Essas unidades produtivas são pautadas na produção a partir de técnicas e produtos químicos altamente agressivos, comprometendo a qualidade dos recursos naturais.

As ações antrópicas causam efeitos deletérios ao ambiente, afetando a qualidade de vida, especialmente no que diz respeito ao uso dos recursos hídricos. O padrão produtivo da agricultura capitalista estabelecido no Cerrado faz com que a água seja um “bem” que é constantemente exportado de modo indireto, pois, os alimentos e produtos industrializados utilizam grande quantidade de água no seu processo produtivo. Por exemplo, são necessários 1.650 litros de água para produzir um quilo de soja, 1.900 litros para produzir um quilo de arroz e 15.000 litros para produzir um quilo de carne bovina (DUPAS, 2008).

Nesses aspectos, podemos abordar a situação atual do Domínio de Cerrado, sendo ele fortemente ameaçado pela expansão das atividades agropecuárias no Centro-Oeste brasileiro. O Cerrado original ocupava, aproximadamente, 22% das terras brasileiras, localizando-se no Planalto Central do país, sendo alimentador de três importantes bacias hidrográficas: a Bacia Amazônica, a do Paraná e a do São Francisco, desempenhando um papel importante na distribuição hídrica no Brasil (GOMES, 2008).

A agricultura capitalista no município de Rio Verde-GO

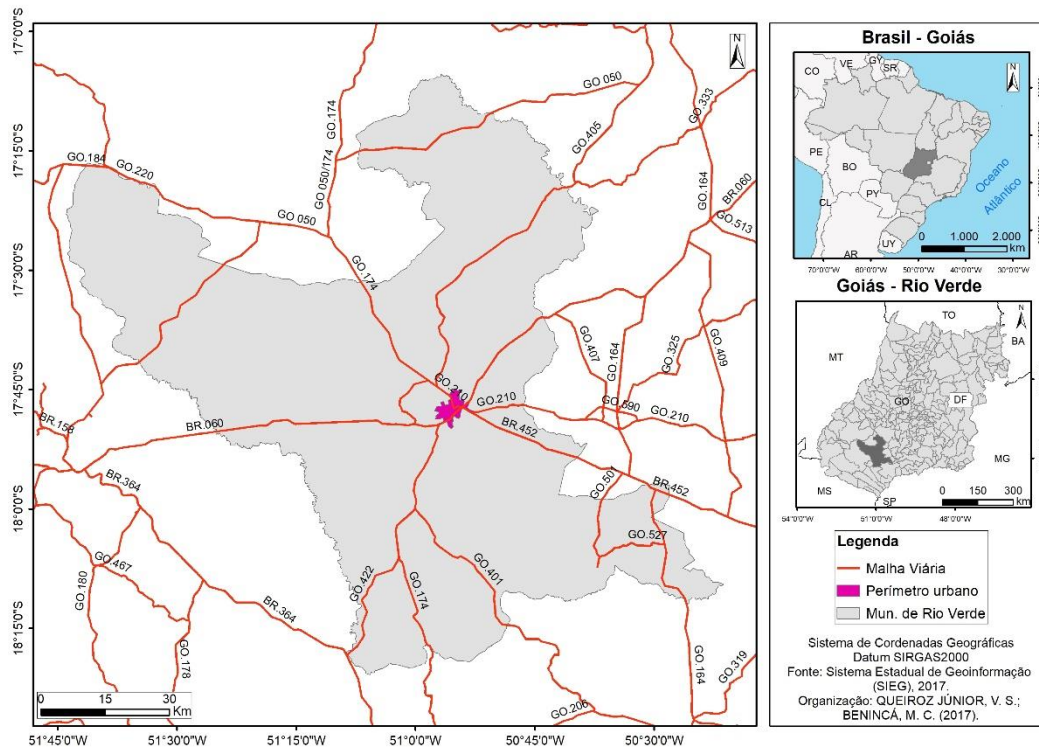
As transformações no espaço do Cerrado Goiano começaram a ser realizadas com a mineração. Posteriormente, houve o advento da criação de gado, sendo que as antigas áreas de pastagens foram transformadas, de forma gradativa, em áreas de plantio de soja, milho e, recentemente, de cana-de-açúcar, estando os municípios de Jataí, Rio Verde e Chapadão do Céu entre os maiores produtores de grãos do estado de Goiás e entre os maiores do Brasil (MARTINS et al., 2016).

O município de Rio Verde possui uma estrutura fundiária bastante concentrada. Apesar de perfazer 57,36% do número total dos estabelecimentos, os agricultores familiares ocupavam

apenas 7,29% da área agricultável e os não familiares ocupavam 92,71% no ano de 2006 (ALMEIDA, 2009). Mesmo prevalecendo as grandes propriedades rurais no município, a expansão capitalista não eliminou as unidades de produção familiares.

O município de Rio Verde está localizado na Microrregião Geográfica Sudoeste de Goiás, cujas coordenadas geográficas são: Latitude 18°14'56,486"S, Longitude 50°18'6,305"W e Latitude 17°9'24,664"S, Longitude 51°48'37,187"W, com altitude média de 838 m, conforme apresentado na Figura 1. O clima do município apresenta duas estações bem definidas, sendo uma seca (de maio a outubro) e outra úmida (de novembro a abril), com temperatura média mensal anual entre 20 °C e 25 °C (FERREIRA, 2010).

Figura 1 – Mapa com a localização do município de Rio Verde-GO



Fonte: Sistema de Geoinformação (SIEG, 2017) Org.: QUEIROZ JÚNIOR, V.S.; BENINCÁ.M.C. (2017).

Rio Verde está assentado no Planalto Central, que tem, nas suas formas, grandes áreas de relevo plano e suavemente ondulado, convencionalmente chamadas de chapadas, importantes para a implantação do processo de mecanização da agricultura no município (PEIXINHO, 2006). A vegetação predominante é a do Domínio de Cerrado, com remanescentes localizados de forma mais intensa entre os vales fluviais, na forma de matas de galerias (PRADO et al., 2009).

Segundo a Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento, por meio do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB (GOIÁS, 2018), Rio Verde é o segundo município economicamente mais competitivo do estado, ficando atrás apenas de Anápolis, que tem destaque com a pecuária, a agricultura, a indústria e o comércio. É considerado a “capital do agronegócio”, ocupando o segundo lugar no valor agregado estadual da agropecuária, com 4,3%, o quarto lugar do valor adicionado da indústria estadual, com 6,85%, e a quinta posição na participação do valor adicionado estadual no setor de serviços, com 4,06%, representando 52% da economia do município (IMB, 2009).

O município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,754, considerado alto, e um Coeficiente de Gini de 0,56 (IMB, 2010)¹. O coeficiente de Gini do município representa um distanciamento da igualdade entre ricos e pobres, consequência da alta concentração fundiária e da renda da população local.

Em relação à participação na agropecuária do estado, Rio Verde manteve-se com a maior participação no total da produção do estado (6,2%), com destaque para a silvicultura e a extração vegetal, a criação de aves, suínos e bovinos e o cultivo de cereais e de soja, de modo que possui o quarto maior PIB do estado, representando 4,7% (GOIÁS, 2015).

No setor industrial, o município obteve a sexta posição no ranking da participação da indústria goiana, com 4,7%. A base econômica desse município é o agronegócio, com forte encadeamento da agropecuária com a indústria de transformação, com destaque para o setor de transformação de alimentos, com maior participação no estado (GOIÁS, 2015).

A expansão do agronegócio no Sudoeste de Goiás provocou uma reconfiguração territorial, sendo Rio Verde um dos municípios de destaque, visto que tais transformações se deram de forma bastante pronunciada. O elevado crescimento populacional constatado nas últimas décadas representa os altos investimentos nos setores agropecuários e industriais, atraindo um grande contingente de pessoas de diversas regiões do país em busca de emprego e de melhores condições de vida.

Em 2010, a população de Rio Verde caracterizava-se por ser predominantemente urbana, com 92,7% dos habitantes urbanos, e 7,3% rurais (BRASIL, 2010). Em 2019, segundo estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município conta com uma

¹ O índice de Gini representa a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos, sendo o valor 1 de total desigualdade e o valor 0 de total igualdade (ATLAS DO BRASIL, 2019).

população de 235.647 habitantes (BRASIL, 2019). Na Tabela 2 apresenta-se o processo intenso de urbanização que ocorreu no município a partir de 1970.

Tabela 2 - População residente e situação do domicílio no município de Rio Verde-GO.

Situação do Anodomício	1970	%	1980	%	1991	%	2000	%	2010	%	2019*
Total	55.697	100	74.699	100	96.309	100	116.552	100	176.424	100	235.647
Urbana	26.927	48,3	55.541	74,4	84.142	87,4	106.079	91	163.540	92,7	S/D
Rural	28.770	51,7	19.158	25,6	12.167	12,6	10.473	9	12.884	7,3	S/D

* População estimada 2019.

Fonte: IBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 2000 e 2010) e Contagem Populacional (1991 e 2018). Org.: BENINCÁ, M.C. (2019).

Ao analisar a situação de moradia média no país, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, o país possuía 15,63% da população classificada como rural e 84,37% como população urbana (BRASIL, 2010), o que revela que, em Rio Verde, o processo de urbanização está mais elevado que no Brasil. Importante ressaltar ainda que, por ser um município com economia de base agrícola, apresenta uma população rural muito baixa, representando quão tecnológicas são as atividades agrícolas desenvolvidas, poupadoras de mão de obra, as quais, associadas à uma estrutura fundiária bastante concentrada, oferecem poucas oportunidades de trabalho e moradia no campo.

De acordo com a análise dos dados da Tabela 2, verifica-se que, de 1970 a 1980, a população urbana cresceu em um ritmo elevado, passando de 26.927 para 55.541 habitantes, ou seja, um crescimento de aproximadamente 106% em apenas uma década. No caso da população rural, o decréscimo também foi considerável no mesmo período, reduzindo de 28.770 em 1970 para 19.158 em 1980, um decréscimo de 33%. De acordo com Macedo (2013), a taxa de urbanização do município de Rio Verde em 2010 era de 92,7% (IBGE, 2010), superior à do estado de Goiás (90,3%), da região Centro-Oeste (88,8%) e do Brasil (84,4%).

O elevado e rápido crescimento da população urbana em relação à população rural, que, por sua vez, apresenta acentuado decréscimo, está associado ao processo de inserção do município na produção de monoculturas agrícolas mecanizadas, com forte utilização de insumos químicos, que poupou considerável quantidade de mão de obra e desarticulou significativa parcela da agricultura familiar existente, de modo a atender ao mercado externo, e pela instalação de unidades agroindustriais, que proporcionaram um aumento do número de empregos na cidade.

De acordo com Pedroso e Silva (2005), o rápido crescimento populacional, fomentado por uma propaganda “desenvolvimentista”, apresenta-se como um dos agravantes das questões ambiental e social do município de Rio Verde. Esse crescimento desordenado tem sido a causa dos intensos problemas urbanos em que as atividades agrícolas predominam, justificados pela ausência de planejamento público e, conseqüentemente, pela inadequada e insuficiente infraestrutura disponível nas cidades.

Quando são analisados os dados da população total de Rio Verde entre os anos de 2000 e 2018, identifica-se um acréscimo muito expressivo no período, passando de 116.552 para 229.651 habitantes, ou seja, um aumento de 97%. Esse crescimento está atrelado à expansão do setor agroindustrial no município, que atraiu um contingente elevado de trabalhadores na busca por emprego, de forma mais específica com a instalação da empresa BRF Brasil Foods, enquadrada no setor de alimentos.

De fato, as políticas públicas voltadas para o fomento da produção de monoculturas em grande escala, destinadas à agroindústria, com intenso uso de insumos químicos e mecanização, geraram processos produtivos que poupam significativa quantidade de mão de obra humana, impulsionando a migração do campo para a cidade, uma vez que a modernização da agricultura inviabilizou a produção para o consumo próprio e em pequena escala.

Esse processo reforçou a concentração de terras no município, intensificou as desigualdades sociais e consolidou o processo hegemônico do agronegócio nas relações produtivas e de trabalho, alterando a dinâmica urbana do município. Devido ao aumento da população urbana, novos loteamentos foram consolidados e outros estão em fase de projeto, aguardando a aprovação do governo municipal.

Na Figura 2, é possível visualizar o processo de competição no território que existe na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Abóbora, em estudo, entre as áreas de lavouras (ao fundo da imagem) que circundam a área urbana e a expansão de loteamentos urbanos, além da presença de plantas de unidades agroindustriais de grande porte. Essas atividades têm contribuído, de certo modo, para o comprometimento da qualidade dos recursos naturais locais, tendo em vista a proximidade deles das nascentes, principalmente nas do Ribeirão Abóbora.

Dessa forma, o rápido crescimento urbano foi o responsável por uma série de problemas, como a especulação imobiliária, a violência urbana, o aumento de resíduos sólidos, dentre outros e, como representado na Figura 2, novos loteamentos surgiram para garantir o lucro dos empresários do setor.

Figura 2 - Abertura de novos loteamentos na Bacia Hidrográfica do Ribeirão Abóbora representando a expansão urbana em Rio Verde (GO)



Fonte: Trabalho de Campo, BENINCÁ, M.C. (2017)

A elevada urbanização é consequência do forte fluxo migratório do campo para as cidades e do elevado número de migrantes de variadas partes do país que o município recebeu, principalmente na primeira década do século XXI, resultando em uma alta demanda por infraestrutura e serviços coletivos urbanos (MACEDO, 2013). Essa demanda não foi contemplada de modo satisfatório, ocasionando o aparecimento de inúmeros problemas urbanos, como o surgimento de bairros sem a infraestrutura adequada, o aumento do custo de vida, a precariedade do sistema de transporte coletivo e o aumento do índice de criminalidade.

O crescimento econômico do município de Rio Verde não foi revertido em benefícios para toda a população, mesmo que alguns índices foram favoráveis em relação à produção de grãos, arrecadação de impostos, PIB e IDHM, tendo em vista a persistência da desigualdade social, iniquidade no acesso à terra e número elevado de pessoas em situação de extrema pobreza (ALMEIDA, 2009).

Portanto, a realidade da agropecuária do município de Rio Verde (GO), apresentada a seguir, representa os setores que foram beneficiados com políticas públicas setoriais, responsáveis por elevar as desigualdades sociais e por não reduzir os índices de pobreza local.

A agricultura nos moldes capitalistas caracteriza as atividades rurais de Rio Verde, sendo um importante produtor de arroz, soja, milho, algodão e sorgo. O município também

possui um importante plantel bovino, avícola e suíno, que o consolida como um dos principais polos agroindustriais do estado de Goiás, pela forte inter-relação entre os segmentos produtivos da agropecuária e da agroindústria, com emprego de novas tecnologias, que, de certo modo, têm tornado esta relação bastante competitiva sob o ponto de vista econômico (ALMEIDA, 2009).

O município de Rio Verde, nos anos de 2010 a 2014, manteve-se como o maior participante da produção agropecuária do estado de Goiás, registrando crescimento de 5,7% em 2010, 6,4% em 2013 e chegando a 6,5% no ano de 2014 (GOIÁS, 2014).

De acordo com o Secretário Municipal de Agricultura, há uma carência de frutas, legumes e verduras devido à falta de incentivos à produção de alimentos e ao agricultor familiar, mesmo sendo uma das metas da administração de 2017-2020 a adesão a políticas que atendam essa classe, procurando promover diversificação das atividades agrícolas.

O município possui nove Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária, com um total de 376 famílias assentadas, de acordo como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (BRASIL, 2017), que enfrentam enormes desafios para produção, pela carência de políticas públicas, ausência de canais de comercialização dos produtos e de oferta de assistência técnica a esses agricultores familiares. O Secretário relata ainda a falta de incentivos por parte dos governos federal e estadual para os assentados, apresentando, durante sua gestão, a necessidade de intensificar a produção nesses assentamentos para reduzir a dependência de produtos alimentícios de outros municípios e fortalecer os agricultores familiares.

Um dos setores que tem crescido muito nos últimos anos é o agroindustrial, impulsionado pelo setor agropecuário, sediando importantes agroindústrias: BRF Brasil Foods (Perdigão, Sadia e Qualy), Grupo Orsa, Grupo Cereal, Cereal Ouro, Videplast, Brasilata, Grupo Tec Agro, Grupo Décio, Kowalski, COMIGO, Marfrig, Refrigerantes Rinco, entre muitas outras (PREFEITURA DE RIO VERDE, 2017).

Grande parte das plantas industriais presentes no município estão instaladas no anel viário, localizado na Bacia do Ribeirão Abóbora, área de estudo da presente pesquisa. Na Figura 3, é possível verificar a localização dessas unidades industriais, juntamente com as atividades desenvolvidas no seu entorno, de agricultura e pecuária.

O intenso processo de urbanização também está fortemente associado à instalação dessas plantas agroindustriais no município, a partir dos anos de 1990, atraindo consideráveis

fluxos migratórios em razão da expectativa por um emprego, elevando os índices de crescimento populacional. Grande parte dos migrantes e desempregados já residentes em Rio Verde não foram incluídos nessas oportunidades geradas pelas indústrias, ficando marginalizados no centro urbano, intensificando os problemas socioeconômicos no município.

Figura 3 - No centro da fotografia, unidades de plantas agroindustriais localizadas no anel viário do município de Rio Verde, na Bacia do Ribeirão Abóbora



Fonte: Trabalho de Campo (2017). Autora: BENINCÁ, M.C. (2017)

Esses investimentos fortalecem indiretamente a agricultura e setores de comércio e serviços do ramo, representando a ascensão dessa atividade no município. Identifica-se uma transformação espacial no Sudoeste de Goiás, nesse caso, de forma específica em Rio Verde, tendo em vista que a Perdigão atraiu diversas outras indústrias.

Segundo Predoso e Silva (2005), aproximadamente 400 novos empreendimentos foram instalados no município após a implantação do Complexo da Perdigão, principalmente de embalagens e distribuidoras de insumos gerais. A instalação de granjas de aves e suínos também foi expandida, inclusive em áreas rurais da Bacia do Ribeirão Abóbora, próximas à unidade da Perdigão.

O intenso processo de urbanização ocasionado pela mecanização da agricultura, conforme já descrito anteriormente, também é uma das causas de problemas socioambientais do município, comprovando que o intenso processo de migração campo/cidade e fluxos de

migrantes de outras regiões do país apresentam-se como um forte agravante dos problemas urbanos em Rio Verde-GO, frutos da “modernização da agricultura”.

Sendo assim, analisando a questão agrária, verifica-se a necessidade de mudanças na distribuição de terras no Brasil – e em Rio Verde –, com medidas baseadas no fortalecimento dos agricultores familiares, que devem ser pensadas para uma melhor distribuição da terra e da renda e, conseqüentemente, uma maior fixação desses sujeitos no campo, e também para buscar atingir a segurança e soberania alimentar. Quanto à utilização dos recursos naturais, é necessário buscar a recuperação das áreas degradadas de Cerrado e, para evitar aprofundar essas mazelas ambientais, é preciso adotar um manejo menos degradante, aliado a mudanças estruturais no modelo produtivo.

Quanto aos aspectos ambientais, destaca-se a questão da água do Cerrado, pois, torna-se preocupante o crescimento populacional e industrial, que contribuem para o comprometimento da qualidade dos ambientes hídricos locais.

Considerações finais

- A territorialização da agricultura no município de Rio Verde é compreendida hoje pelo processo extremamente homogeneizador e concentrador de riquezas, levando à marginalização dos agricultores familiares e, ao mesmo tempo, ao uso excessivo dos recursos naturais, comprometendo a biodiversidade e a qualidade dos recursos hídricos locais. Identifica-se que a proposta de “modernização das atividades agrícolas” foi baseada unicamente no crescimento econômico, o que resulta em insustentabilidade social e ambiental, intensificando as desigualdades socioespaciais e as diferentes disputas territoriais.
- Fazem-se necessárias medidas baseadas no fortalecimento dos agricultores familiares, para melhor distribuição da renda e da terra e, conseqüentemente, uma maior qualidade de vida desses sujeitos. É necessário buscar a recuperação das áreas degradadas e manter a possibilidade de vida no município, tendo em vista a elevada população urbana e a alta concentração de indústrias, que fazem uso dos elementos naturais, principalmente, da água.
- Tentativas em prol de um desenvolvimento pautado nos âmbitos econômicos, sociais, ambientais e culturais devem ser pensadas com o intuito de minimizar os impactos

relacionados à fome, à exclusão social, aos impactos ambientais e à intensa desigualdade social do Brasil.

- A superação de interesses tão distintos que envolvem políticas públicas, grandes empresas, poder público municipal, estadual e federal, precisam ocorrer para que a justiça social, a conservação dos recursos naturais e a garantia de qualidade de vida para as próximas gerações sejam mantidas.

Referências

- ALMEIDA, J. (2009) Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. 3. ed. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS. p. 33-55.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo agropecuário brasileiro de 2017*. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 12 mar. 2019.
- BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 2017
- CALAÇA, M.; & DIAS, W. A. (2010) A modernização do campo no Cerrado e as transformações socioespaciais em Goiás. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, MG, v. 5, n. 10, p. 312-332. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/12049>>. Acesso em: 23 abr. 2017.
- CHALITA, M. A. N. (2005) Desenvolvimento rural, agricultura e natureza: novas questões de pesquisa. *Revista de Economia Agrícola*, São Paulo, SP, v. 52, n. 1, p. 97-113, jan./jun. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=2650>>. Acesso em: 18 mar. 2017.
- CLEMENTE, E. C. (2011) *O Programa de microbacias no contexto do desenvolvimento rural da região de Jales-SP*. 2011. 339 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP, Presidente Prudente, SP.
- DUPAS, G. (2008) O impasse ambiental e a lógica do capital. In: _____. (Org.). *Meio ambiente e crescimento econômico: tensões estruturais*. São Paulo, SP: Editora da UNESP. p.21-89.
- FERREIRA, W. S. (2010) *Cultivo do milho e da soja em sucessão as culturas de safrinha em Rio Verde-GO*. 67 f. Dissertação (Mestrado em Produção Vegetal), Universidade de Rio Verde, Rio Verde, GO.

- FERREIRA, D. F.; & FERNANDES FILHO, J. F. (2003) Análise das transformações recentes na Atividade Agrícola da Região de Goiás. 1970/1995-6. In: PEREIRA, S.L.; XAVIER, C. L. (Org). *O agronegócio nas terras de Goiás*. Uberlândia, MG: EDUFU. p. 101-138.
- GOIÁS. Secretaria de Estado de Gestão e Planejamento de Goiás (SEGPLAN-GO). *PIB: Produto Interno Bruto dos Municípios Goianos 2010*. Goiânia, GO: SEGPLAN, 2014. Disponível em: <www.segplan.go.gov.br/sepin/pub/pib/pibmun2010/pibmun2010.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.
- GOIÁS. Instituto Mauro Borges de Estatística e Estudos Socioeconômicos (IMB). *Banco de dados estatísticos de Goiás*. Disponível em: <<http://www.imb.go.gov.br/bde>>. Acesso em: 15 fev. 2018
- GOMES, H. (2008) Extinção ou patrimônio nacional? In: _____. *Universo do Cerrado*. Goiânia, GO: Ed. da UCG. v. 1. p. 7-13.
- GRAZIANO NETO, F. (1986) *Questão agrária e ecologia: crítica da moderna agricultura*. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense. 156 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (2003) *Tecnologia e agricultura familiar*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Editora UFRGS.
- MACEDO, F. C. (2013) Transformação econômica, inserção externa e dinâmica territorial no Centro-Oeste brasileiro: o caso de Rio Verde. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, MG, v. 25, n. 1, p. 35-50, jan./abr.
- MARTINS, A. P.; SCOPEL, I.; SOUSA, M. S.; & PEIXINHO, D.M. (2016) Uso da terra e cobertura vegetal de 1985 a 2015 no Sudoeste de Goiás e relações com o meio físico. In: PEIXINHO, D.; SOUSA, M.S. (Orgs.). *Reconfiguração do Cerrado: uso, conflitos e impactos ambientais*. Goiânia, GO: Gráfica UFG. p. 11-34.
- MENDONÇA. M. R. (2004) *A urdidura espacial do capital e do trabalho no Cerrado do Sudeste Goiano*. 448 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP.
- PEDROSO, I. L. P. B.; GOBBI, W. A. O.; CLEPS JÚNIOR, J.; (2004) PESSOA, V. L. S. Modernização e agronegócio: as transformações socioeconômicas recentes em Rio Verde (GO). In: ENCONTRO DOS POVOS DO CERRADO, 2., Pirapora, 2004. *Anais...* Pirapora, MG: UNIMONTES. 1 CD Rom.

PEDROSO, I.; & SILVA, A.R.P. (2005) O papel das políticas públicas no desenvolvimento agroindustrial de Rio Verde. *Revista Caminhos de Geografia*, Uberlândia, MG, v. 6, n. 15, p. 20-27, jun.

PEIXINHO, D. M. (2006) *A dinâmica socioespacial do modelo técnico-produtivo da sojicultura no Cerrado e a formação dos centros dinâmicos: o caso de Rondonópolis (MT) e Rio Verde (GO)*. 2006. 208 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, CCMN/Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, RJ.

PRADO, R. B.; FERREIRA, C. E. G.; BENITES, V. M.; (2009) NAUMOV, A. Mapeamento e descrição do padrão de uso e cobertura da terra em municípios do sudoeste goiano a partir de imagens orbitais TM/Landsat-5. *Boletim de pesquisa e desenvolvimento*. Rio de Janeiro, RJ: Embrapa Solos. v. 148. 54 p.

RIBEIRO, D. D. (2005) *Agricultura "caifizada" no Sudoeste de Goiás: do bônus econômico ao ônus socioambiental*. 2005. 317 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ.

RIO VERDE. PREFEITURA DE RIO VERDE. (2012) *Diagnóstico da implantação do programa produtores de água na cidade de Rio Verde*. Rio Verde, GO. Disponível em: <<http://www.rioverde.go.gov.br>>. Acesso em: 12 set. 2017

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. (2002) *O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Record.